



O legado crítico de Françoise Choay na formação do pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos

The critical legacy of Françoise Choay in the formation of Carlos Nelson Ferreira dos Santos' thinking

El legado crítico de Françoise Choay en la formación del pensamiento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos

MACIEL, Tiago Andrade Vieira¹

¹Universidade Federal Fluminense; Escola de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
tiagomaciel@id.uff.br
<https://orcid.org/0009-0007-5800-4775>

Recebido em 02/03/2023. Aceito em 21/05/2024.



Resumo

Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi um arquiteto urbanista da primeira geração pós-Brasília, cujos textos são importantes para entender a emergência das questões urbanas brasileiras após a consolidação do modernismo arquitetônico e urbanístico no país. Por meio da leitura desses textos, realizada segundo a ordem cronológica de publicação, é possível analisar como o livro “O Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia”, de Françoise Choay, foi de importância seminal para que o autor elaborasse as sínteses necessárias para repensar as cidades brasileiras. O legado crítico da escritora francesa contribuiu, em primeiro lugar, para a superação do progressismo corbusiano disseminado na prática e no ensino do urbanismo e, mais tarde, para que Santos formasse um pensamento livre de modelos totalizantes. Para interpretar a produção da cidade formal, com atenção ao aparecimento dos condomínios residenciais exclusivos no Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca, o arquiteto recorreu aos conceitos de progressismo e culturalismo elaborados por Choay. Entretanto, em pouco tempo, percebeu que esses conceitos eram insuficientes para a abordagem da complexa cidade denominada informal com a qual ele trabalhava, as favelas ou as periferias distantes.

Palavras-Chave: Carlos Nelson Ferreira dos Santos; Françoise Choay; teoria do urbanismo; teoria da arquitetura; produção urbana; condomínios exclusivos.

Abstract

Carlos Nelson Ferreira dos Santos was an architect-urban planner from the first post-Brasília generation, whose writings are crucial for understanding the emergence of Brazilian urban issues following the consolidation of architectural and urban modernism in the country. Through the reading of these texts, conducted in chronological order of publication, it is possible to analyze how the book “L'Urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie” by Françoise Choay was of seminal importance for the author to develop the necessary syntheses to rethink Brazilian cities. The critical legacy of the French writer contributed, first, to the overcoming of Corbusian progressivism that had permeated urban planning practice and education, and later, to Santos forming a thought free from totalizing models. To interpret the production of the formal city, with attention to the emergence of exclusive residential condominiums in Rio de Janeiro, in Barra da Tijuca, the architect resorted to the concepts of progressivism and culturalism developed by Choay. However, he soon realized that these concepts were insufficient to address the complex informal city with which he worked, such as the favelas or distant peripheries.

Keywords: Carlos Nelson Ferreira dos Santos; Françoise Choay; theory of Urbanism; architectural theory; urban production; gated communities.

Resumen

Carlos Nelson Ferreira dos Santos fue un arquitecto urbanista de la primera generación post-Brasília, cuyos textos son importantes para entender la emergencia de las cuestiones urbanas brasileñas tras la consolidación del modernismo arquitectónico y urbanístico en el país. Mediante la lectura de estos textos, realizada según el orden cronológico de publicación, es posible analizar cómo el libro “El Urbanismo: utopías y realidades” de Françoise Choay fue de importancia seminal para que el autor elaborara las síntesis necesarias para repensar las ciudades brasileñas. El legado crítico de la escritora francesa contribuyó, en primer lugar, a la superación del progresismo corbusiano diseminado en la práctica y en la enseñanza del urbanismo y, más tarde, a que Santos formara un pensamiento libre de modelos totalizantes. Para interpretar la producción de la ciudad formal, con atención a la aparición de los condominios residenciales exclusivos en Río de Janeiro, en Barra da Tijuca, el arquitecto recurrió a los conceptos de progresismo y culturalismo elaborados por Choay. Sin embargo, en poco tiempo, se dio cuenta de que estos conceptos eran insuficientes para abordar la compleja ciudad denominada informal con la que él trabajaba, como las favelas o las periferias distantes.

Palabras clave: Carlos Nelson Ferreira dos Santos; Françoise Choay; teoría de la planificación territorial; teoría de la arquitectura; urbanización; comunidades cerradas.



1. Introdução

Este artigo busca aprofundar-se nos reflexos da teoria crítica de Françoise Choay sobre o pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, destacando sua importância na construção de um arcabouço intelectual que o levou a questionar seus próprios métodos, herdados de uma geração modernista; a empreender um estudo arqueológico dos condomínios residenciais exclusivos para entender a produção das cidades brasileiras; e a superar a consolidação hegemônica, de sua época, das ideias de racionalismo progressista e organicismo culturalista no debate acadêmico e nas realizações concretas.

Para tanto, analisamos parte dos escritos de Santos para constatar a frequência com que citou e discutiu o livro “*O Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*”, de Françoise Choay. Esperamos que estes textos, lidos de forma cronológica, ajudem a elucidar qual seria a contribuição de Choay em seu processo de maturação intelectual. No total, foram identificados doze registros textuais nos quais o autor efetua citações explícitas à obra de Choay. Entretanto, é imprescindível atentar para os desdobramentos advindos da assimilação dessa obra em relação às demais produções do autor, sobretudo durante o período que abarca os anos de 1980, pois ao longo dessa década, observa-se uma maior recorrência do autor às ideias de matriz culturalista e progressista como alicerces conceituais de suas abordagens. Importa ressaltar, ademais, que para a presente investigação se fez indispensável o recurso às edições publicadas em 1965 e 1979 da obra da filósofa francesa, uma vez que Carlos Nelson recorreu à versão original em francês e, para um maior aprofundamento, utilizamos a versão traduzida para o português.

A obra escrita de Carlos Nelson que analisamos inclui seus quarenta e seis artigos, reunidos e publicados na coleção “*Sementes Urbanas*”;¹ sua dissertação de mestrado em antropologia social, “*Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*”, em sua versão original, de 1979, e também em versão publicada, em 1981, sob o título de “*Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*”; sua tese de doutoramento em arquitetura e urbanismo defendida em 1984, “*Formações metropolitanas no Brasil, aspectos estruturantes*”; e seu *magnum opus*, publicado em 1988, “*A cidade como um jogo de cartas*”.

Antes de expor nossa argumentação, acreditamos importante apresentar Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Nascido em São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, foi arquiteto e urbanista, professor universitário e crítico de arquitetura, cuja trajetória profissional se inscreveu na história da arquitetura e do urbanismo brasileiros. Seu último livro, “*A cidade como um jogo de cartas*”, publicado em 1988, tornou-se uma referência clássica ainda presente em muitas ementas dos cursos de graduação. Acreditamos que suas obras são importantes para pensar criticamente a conjuntura do país e o campo de atuação dos arquitetos urbanistas, especialmente após a consolidação do modernismo no Brasil que, segundo Santos, consagrou-se com a inauguração de Brasília, em 1960.

Além de seu reconhecido trabalho em favelas, dos quais o mais famoso foi a urbanização da favela de Brás de Pina, o arquiteto dedicou-se à pesquisa e ao ensino. Em 1975, tornou-se professor do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, no ano seguinte, assumiu a chefia do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (CPU-IBAM), onde coordenava grupos de intelectuais de diferentes áreas que pensavam projetos para as cidades

¹ Lançada em 2017, a coleção “*Sementes Urbanas*”, organizada pelas professoras Maria de Lourdes Pinto Machado Costa e Maria Lais Pereira da Silva, possui três volumes e recupera artigos publicados principalmente em revistas e periódicos, escritos apresentados em congressos nacionais e internacionais, transcrições de entrevistas e debates, e incorpora parte de relatórios técnicos, inéditos para o grande público, de interesse para o resgate e difusão de seus pensamentos e ideias (Cf. Costa; Silva, 2017^a, 2017^b, 2017^c). Ver: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (orgs.). *Sementes Urbanas 1*. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, 2017.

brasileiras, especialmente as de pequeno e médio porte.

Desde o início de sua carreira, Santos (1979, p. 47) havia percebido que as sofisticadas explicações e os conceitos corbusianos não convinham para trabalhar com assentamentos urbanos tidos como informais, pois a realidade havia colocado em xeque a crença predominante de que os métodos de desenho resolveriam todos os problemas das cidades brasileiras. Em sua busca por novas teorias e métodos de trabalho, aos quais poderia recorrer para abordar a complexidade que identificava no contexto urbano brasileiro, integrou-se, a partir da década de 1970, a uma rede de destacados intelectuais que incluía nomes como Anthony Leeds, Gilberto Velho, Janice Perlman, e Licia do Prado Valladares.

O aparecimento dos condomínios residenciais exclusivos na Barra da Tijuca o intrigou. Em virtude disso, buscou explicar essa formação urbana a partir dos conceitos de urbanismo progressista e urbanismo culturalista formulados por Choay (1965). Suas reflexões sobre este assunto foram publicadas no artigo “*Condomínio exclusivos. O que diria a respeito um arqueólogo?*”, publicado em 1981, no qual concluiu que, historicamente, o poder público havia adotado o urbanismo progressista como base oficial para as intervenções urbanas e que, o capital privado, envolvido com a produção e ocupação do espaço urbano, expressava seus interesses optando pelo urbanismo culturalista. Os condomínios exclusivos, na visão do autor, seriam a representação desses dois agentes, repercutindo na fusão dos modelos progressista e culturalista.

A partir da publicação desse artigo, o arquiteto, distanciando-se criticamente dos modelos definidos por Françoise Choay, foi entendendo que os lugares com os quais trabalhou e pelos quais advogou a favor ao longo de sua trajetória profissional, as favelas ou as periferias distantes, não se enquadrariam no discurso predominante sobre as cidades. A tensão provocada pelos limites da teoria arquitetônica e urbanística nesses espaços fez com que questionasse a dualidade conceitual proposta pela autora francesa, expressa nos termos culturalismo/progressismo. Notadamente, com o decorrer dos anos, o arquiteto progressivamente procurou se posicionar-se contrário a quaisquer teorias assimiladas nos meios intelectuais brasileiros de forma incontestada e imprudente. Seu último livro, “*A cidade como um jogo de cartas*”, pode ser considerado sua maior tentativa de lidar com as problemáticas que identificava no seu campo profissional e intelectual. São os caminhos de Carlos Nelson que buscaremos percorrer a seguir.

2. Fundamentos críticos para uma nova postura

No campo da arquitetura e do urbanismo brasileiros, durante a década de 1960, não se observava uma abordagem centrada em questões urbanas como as favelas, tampouco, se direcionava a atenção às necessidades habitacionais das camadas populacionais menos favorecidas. As problemáticas urbanas relacionadas à alocação e utilização do espaço destinado a essas camadas não eram considerados temas de relevância substancial ou dignos de enfoque aprofundado (Santos, 1980b, p. 309). Neste momento a emergência do urbanismo como um campo complexo, envolvendo questões sociais, econômicas e políticas ainda era incipiente. Na França, inclusive, as aulas de urbanismo da *École des Beaux-Arts*, antes de 1962, sequer existiam (Choay, 1965, p. 8).

De acordo com Carlos Nelson, no Brasil desse período havia uma notável lacuna na preparação tanto dos estudantes quanto dos docentes. Essa situação começaria a evoluir apenas a partir da década

subsequente, catalisada pelo interesse das ciências sociais nestas temáticas² e pela crescente valorização dos programas voltados à habitação de caráter social, após o golpe de 1964 e, por meio da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Em uma época de grandes projetos de remoções de favelas, Carlos Nelson e seus colegas de graduação assumiram um papel pioneiro, atuando na Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). O grupo trabalhou no plano de urbanização da favela de Brás de Pina e criou o Quadra Arquitetos Associados³ para poder implementá-lo. Em pouco tempo, e graças ao reconhecimento nacional e internacional recebido pelo trabalho em Brás de Pina,⁴ o arquiteto destacou-se por sua visão desafiadora frente à tendência predominante da época.

A lacuna entre o conhecimento adquirido na universidade e a realidade que se apresentou a Carlos Nelson torna-se evidente em muitos de seus textos, mas destacamos os relatos em sua dissertação de mestrado e no artigo “*Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?*”, escrito para a publicação do livro “*O Desafio da cidade*”.⁵ Nesses dois trabalhos, ele salientou que as elaboradas explicações e conceitos corbusianos, que permeavam tanto o aprendizado quanto a prática da profissão, não constituíam instrumentos adequados para abordar as complexidades desses contextos específicos. Sobre sua própria experiência, conta:

Houve uma noite em que fomos apresentar umas alternativas do plano. Queríamos discuti-las com os moradores. O padre estava presente. Desfiamos uma enorme e sofisticada explicação sobre “unidades de vizinhança”, um dos conceitos corbusianos que nos serviam de instrumento. Devia ser engraçado nos ouvir, tratando de simplificar uma salada de teorias com propostas de intervenção prática que julgávamos ao alcance dos favelados. Ao final, o padre se levantou e nos arrasou. A mim me acusou de “não entender nada do povo” e... tinha razão. (Santos, 1979, p. 47)

E sobre a situação do ensino de arquitetura no país:

Supunha-se que a realidade fosse tudo o que havia de mais verdadeiro, de mais estrutural e de mais material (em termos “científicos”), mas, estranhamente só se podia falar dela em tom de análise teórica. Nada de contaminar as idealizações sobre o real com qualquer coisa que significasse

² Luiz Antonio Machado da Silva e Licia do Prado Valladares são intelectuais desta época que, assim como Carlos Nelson Ferreira dos Santos, podem ter suas trajetórias profissionais recuperadas e entendidas como exemplos da solidificação das primeiras pesquisas sobre as favelas do Rio de Janeiro. Essas, inauguradas por estudiosos como Anthony Leeds e José Arthur Rios. Foi somente na década de 1970, e graças a este grupo, que as favelas foram reconhecidas como um tema que as ciências sociais deveriam estudar. Para saber mais, ver: VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

³ O grupo era formado pelos arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sueli Monteiro, Sylvia Wanderley e, em alguns momentos, por Rogério Aroeira e Gilda Blank. Esta última dedicou-se a estudar mais profundamente a urbanização da favela de Brás de Pina em sua dissertação de mestrado. Devido à qualidade de sua investigação, o trabalho serviu como fonte para que o próprio Carlos Nelson pudesse escrever sua dissertação, onde retomava a experiência. Ver: BLANK, Gilda. *Experiência de urbanização em favela carioca: Brás de Pina*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

⁴ No ano de 1969 a Quadra ganhou o primeiro prêmio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-GB) pela urbanização de Brás de Pina. No mesmo ano Carlos Nelson apresentou o projeto no X Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos, em Buenos Aires. O trabalho também ganhou notoriedade na imprensa. No Jornal do Brasil, em 21/12/1969, há uma nota informando que o projeto foi reconhecido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), como a experiência urbanística de comunidades mais importante daquele momento.

⁵ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?. In: VELHO, Gilberto (org.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 37-55.

um mergulho em situações concretas, submetendo-as a testes dialéticos. (Santos, 1980b, p. 309).

O arquiteto colocou em questão a convicção modernista permanente e majoritária de que os métodos de planejamento e desenho poderiam resolver a totalidade das problemáticas urbanas nas cidades brasileiras. A obra "*O Urbanismo: Utopias e realidades. Uma antologia*", publicada em 1965 por Françoise Choay, despontou, nesse sentido, por ser um embasamento crítico revelador dos efeitos das teorias racionalistas de Le Corbusier.

O estágio inicial do urbanismo, considerado como sendo supostamente despolitizado (Choay, 1979, p. 18), foi interpretado por Carlos Nelson em uma conjuntura local marcada por movimentos urbanos em prol do direito à moradia, o que reafirmava a constatação de que os agentes responsáveis pela produção da cidade negligenciavam a abordagem da desigualdade, da justiça social e da alocação adequada de recursos. Na visão de Santos, a realidade das favelas do Rio de Janeiro, adicionalmente, ressaltava a crítica de que as resoluções concernentes ao desenvolvimento urbano, quando pautadas unicamente em critérios de natureza técnica ou econômica, culminavam em uma negligência em relação às necessidades e inquietações das comunidades locais, gerando, por conseguinte, um modelo de planejamento que carecia de uma autêntica correspondência com as aspirações da população.

Segundo Peixoto (2021), "*O Urbanismo*"⁶ foi uma reação às práticas urbanísticas que alteravam de forma radical Paris e seu entorno por meio da construção de conjuntos habitacionais gigantescos. De modo semelhante, Carlos Nelson buscou reagir ao movimento de remoção das favelas cariocas, que realocava os moradores em conjuntos habitacionais localizados longe do núcleo urbano⁷ e modificava a dinâmica da cidade. Podemos dizer que o arquiteto acompanhou o momento da retomada de um olhar mais atento à historicidade do saber sobre as cidades, ocorrido no contexto francês a partir da década de 1960.

Ao longo de sua trajetória, Carlos Nelson integrou a equipe de um periódico acadêmico intitulado *AR – Arquitetura e Realidade*,⁸ no qual eram veiculadas declarações de estudantes engajados na busca por essa renovação; empreendeu esforços para se envolver diretamente com assentamentos ditos informais; e sua inquietação em relação ao comportamento social, fruto de suas atividades de arquiteto e urbanista, o impeliu a se aproximar da antropologia social e a buscar, em suas empreitadas projetuais, uma síntese entre saberes técnicos, eruditos e populares.

Portanto, também seria possível identificar, nos dois autores, Choay e Santos, a necessidade por uma ética de ação mais atenta à complexidade urbanística. Segundo Peixoto (2021), "*O Urbanismo*" representaria um voto de esperança de Choay para uma necessária renovação da disciplina, tendo em vista que a obra se encontra intrinsecamente vinculada a concepções que procuram substituir a propensão utópica inerente ao urbanismo modernista por meio do fomento do diálogo e da exploração do âmbito "real". Inegável, portanto, a importância da crítica formulada por Choay como fonte inspiradora para outros pensamentos inovadores de intelectuais pertencentes àquela geração.

Neste cenário, Carlos Nelson emergiu como um desses estudiosos proeminentes no exame minucioso

⁶ Doravante, para facilitar a leitura, simplificaremos a grafia de "*O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*", passando a adotar apenas "*O Urbanismo*".

⁷ A favela do Pasmado, em Botafogo; do Esqueleto, no Maracanã; Maria Angú, na Leopoldina; João Cândido e a de Brás de Pina, ambas na Avenida Brasil, foram as primeiras cinco favelas escolhidas pelo governador Carlos Lacerda a serem removidas de maneira exemplar. Seus moradores seriam alocados nos recém construídos bairros da Vila Aliança e Vila Kennedy, que ficavam próximos à Bangu.

⁸ Alguns registros do periódico *Arquitetura e Realidade* encontram-se nos trabalhos de Pugliesi (2002) e Maciel (2022).

e crítico da assimilação das utopias modernistas no Brasil. Cabe destacar que o discernimento do arquiteto referente ao panorama da arquitetura e do urbanismo brasileiros não se manifestou somente no âmbito teórico; ao contrário, traduziu-se em seus projetos, validando suas críticas e, simultaneamente, abriu-lhe caminhos para outras formas de pensar a problemática urbana.

3. Uma utopia: condomínios exclusivos

Para transcender o urbanismo utópico modernista, em particular aquele de natureza corbusiana, o legado crítico de Françoise Choay assumiu relevância substancial na gestação do pensamento de Carlos Nelson, sobretudo, mediante a compreensão de que as perspectivas culturalistas e progressistas do urbanismo se erigiram como os dois principais arcaibouços teóricos que permearam tanto a teoria quanto a prática da arquitetura e do urbanismo no Brasil ao longo do século XX.⁹ Ao considerar a forma como o espaço urbano do Rio de Janeiro estava sendo moldado por essa dualidade, o arquiteto conseguiu reunir as ideias que explicavam a construção dos condomínios exclusivos na Barra da Tijuca.

Revisitando a história da configuração urbana das cidades brasileiras, o autor explicou que o ano de 1956 pode ser considerado um desfecho de práticas embrionárias que se originaram desde a década de 1930.¹⁰ Foi o momento em que urbanistas e arquitetos lograram persuadir os titulares do poder acerca da validade de suas concepções e, assim, promover um concurso para a edificação da nova capital nacional. Brasília, quando foi inaugurada, assumiu a posição de símbolo de renovação identitária e de paradigma inovador de progresso econômico aos olhos da sociedade brasileira. Além disso, para os urbanistas envolvidos no planejamento das cidades brasileiras, a nova capital representou a consumação definitiva do modelo progressista de urbanização.

Ainda segundo Carlos Nelson, depois da inauguração da nova capital, o foco da ação do Estado passou a ser a habitação de interesse social. O Banco Nacional de Habitação (BNH) havia sido criado em 1964, logo após o golpe militar, que impulsionou o surgimento de um grande número de conjuntos habitacionais distantes dos núcleos urbanos, muitos deles frutos de remoções de favelas. Em sua opinião:

São soluções urbanísticas que seguem de forma crua, quase caricata, os postulados progressistas. A ação do Estado se difunde; é oferecida à massa através de versões empobrecidas, tanto pelo seu desenho e como por sua concepção, das ideias inspiradoras de Brasília. (Santos, 1981b, p. 202-203)

Especificamente em seu contexto, a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara, em 1975, havia deflagrado enormes disparidades de investimentos governamentais feitos no núcleo urbano e na sua periferia. Tornou-se evidente que nas periferias mais distantes a expansão urbana não havia sido construída unicamente com base nas obras dos conjuntos habitacionais promovidas pelo poder público, mas também por unidades de capital especializadas do setor imobiliário que retalharam

⁹ Peixoto (2021) resume os três modelos de produção do urbanismo identificados por Choay (1965). Enquanto as propostas culturalistas parecem ser regidas por uma nostalgia fundadora, as progressistas sinalizam uma crença no futuro resultante da descontinuidade com as ações do presente. No terceiro modelo, o naturalista, os textos configuram uma corrente “antiurbana” atenta às especificidades do território. Com o tempo, o terceiro modelo deixou de suscitar interesse por parte de Choay, assim como não é amplamente abordado nos escritos de Carlos Nelson.

¹⁰ Um exemplo dessas práticas de poder pode ser o Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro, de 1930, que tentava estabelecer um conceito legal que abrangesse todas as favelas do Rio de Janeiro para, com isso, justificar a implementação de uma política urbana única em relação elas. Isto é, sua institucionalização seria o primeiro passo para a sua erradicação em massa. Ver: GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 109.

terras de franjas urbanas e criaram loteamentos sem qualquer compromisso com o progressismo oficial.

Segundo o autor, a oferta de lotes distantes, apesar de fugir de uma lógica racional-progressista, se inspirava em outro modelo. Seriam reflexos das *garden-cities*, ou seja, propostas culturalistas caracterizadas pelos mesmos princípios de segregação física, econômica e fronteirização social. Em sua opinião, apresentavam condições de concepção, desenho e execução tão degradadas que conseguiam emascarar as fontes originais da ideia. (Santos, 1981b, p. 203).

Finalmente, do ponto de vista dos princípios urbanísticos, Carlos Nelson concluiu que o capital ofereceu a mesma solução para pobres e ricos, pois havia loteamentos inspirados no ideal culturalista que também constituíam bairros elegantes, como nos casos do Jardim Leblon, no Rio, e Jardim Europa, em São Paulo. Compreendeu que, enquanto o capital passou a introduzir a perspectiva culturalista como alternativa ao setor imobiliário, coube ao Estado a adoção da alternativa oposta, de natureza progressista-racionalista, a fim de abordar as demandas relacionadas à habitação social.

A temática dos condomínios residenciais exclusivos que surgiram na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro também capturou a atenção de Carlos Nelson, levando-o a escrever o artigo "*Condomínios exclusivos. O que diria a respeito um arqueólogo?*", em 1981, para a Revista de Administração Municipal do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (RAM-IBAM).

É possível estabelecer uma relação entre esse texto e outras produções do mesmo período, delineando aquilo que pode ser interpretado como suas preocupações. Em "*Brasília, o paradoxo das três vocações concentradas*" (1980), bem como em "*Espaço e poder: contra as tendências mais fáceis*" e em "*Para cada forma de dominação a utopia que merece*," os dois últimos datados de 1981, o autor percorre trajetórias análogas e ao se referir à construção totalizante e panóptica de Brasília como compreensão das dinâmicas do poder materializadas no tecido urbano. A abordagem crítica direcionada aos condomínios exclusivos segue uma trajetória parecida, visto que muitos dos traços manifestados por esses condomínios mimetizavam, em diversos aspectos, as configurações ocorridas em Brasília. Para Santos (1981b, p.209), os condomínios exclusivos eram tipologias que realizaram, ao mesmo tempo, os ideais do modelo progressista e do modelo culturalista.

Em primeiro momento, foram consideradas construções racionalistas porque investiam em uma versão totalizante do meio urbano: "Sua concepção é autoritária e visa a eficiência. [...]A solução é universalizante e independe das condições locais, pode ser implantada em qualquer lugar". (Santos, 1981b, p. 209). Como observou Choay (1979, p. 20), a ideia-chave que subentende o urbanismo progressista é a de modernidade e, nesse sentido, os avanços tecnológicos que permitiram a chegada de grandes redes de infraestrutura à Barra da Tijuca e a assinatura de um grande urbanista modernista no Plano da Barra, outorgavam veracidade a um sentimento de um novo espírito carioca e de uma nova era de cultivo do corpo e do espírito, do habitat, do trabalho e do deslocamento.¹¹

Ademais, como proposta culturalista, os condomínios exclusivos propunham um mundo fechado onde seria possível uma vida comunitária em um espaço preparado para tal: "Uma *communitas* ao pé da letra, onde mesmo a presença indispensável dos socialmente diferentes (serviçais) é posta sob controle"

¹¹ O Plano da Barra da Tijuca, feito por Lucio Costa em 1969, e a construção do Elevado do Joá, em 1971, foram as bases para um padrão de vida inédito na cidade do Rio de Janeiro. A ocupação do novo bairro se deu, desde o primeiro momento, pela construção de condomínios privados cujo conceito de moradia passou a associar residência, serviços e lazer. Segundo Rezende e Leitão (2003), "estes edifícios se tornaram um paradigma para futuros empreendimentos na região, contribuindo significativamente para a consolidação da ocupação da Barra da Tijuca".

(Santos, 1981b, p. 211). Como solução arquitetônica e urbanística, a forma particular e diferenciada do modelo culturalista identificada nos condomínios exclusivos definia seus limites físicos com o objetivo de separar quem estava do lado de dentro de quem estava do lado de fora. Comunicava, assim, aos que os constituíam, quem eles mesmos são, impedindo sua dissolução na multidão de habitantes da cidade (Santos, 1981b, p. 212).

Segundo o arquiteto, estes empreendimentos apresentam-se como elementos relevantes para a compreensão da interseção entre as ações progressistas estatais e a dinâmica culturalista delineada pelo capital privado nos âmbitos urbanos. Sua crítica revela que estes condomínios, intrinsecamente marcados por sua natureza excludente em relação ao tecido urbano central, configuraram-se como projetos expansionistas pioneiros que demandaram vastas extensões de terras não ocupadas. Tal empreendimento requereu a implementação de condições de acessibilidade direcionadas, notoriamente, à esfera do automóvel privado como meio de transporte privilegiado.

É neste contexto que a figura estatal, enquanto ente mobilizador, desempenhou um papel relevante ao prover os recursos essenciais para a concretização desses empreendimentos. Todavia, ao fazê-lo, a estreita afinidade do Estado com a ênfase na universalidade do apelo coletivo ou público ficou eclipsada. O modelo híbrido culturalista/progressista descortinou a falsa centralidade do aparato estatal, pois esse se alinhou com as pautas de agregação totalizante determinadas pelo capital. Como consequência, a visão do cidadão foi redefinida em função de sua caracterização como mero consumidor e adquirente de propriedades. Santos (1981b, p. 210), concluiu que, de acordo com esta nova configuração, o cidadão brasileiro passaria a ser assimilado ao arquétipo do *homo economicus*, cujo tratamento se assemelhava tão somente àqueles que detêm a capacidade financeira de adquirir e fruir os mesmos bens e serviços de modo equivalente.

4. A realidade: nossas cidades como estão sendo

Na tentativa de entender a história do desenvolvimento urbano brasileiro por meio de uma arqueologia dos condomínios exclusivos, Carlos Nelson percebeu que as favelas nas quais trabalhou não se enquadravam em uma teoria urbanística pautada nos moldes progressistas ou culturalistas. Na verdade, esses modelos eram proposições formais que, na origem, representavam um conjunto de demandas de caráter econômico, político e social, pois “expressavam tão bem os novos tempos e estilos de vida que acabavam (re) produzindo o que lhes (re) produzia”. (Santos, 1984a, p. 42). Perpetravam a violência da segregação urbana forçada por meio da remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro e promovia a concentração de facilidades de consumo coletivo urbanístico oferecidos como privilégio à uma pequena parte da população.

A crítica do autor aponta que os repertórios simbólicos do culturalismo e do progressismo, apesar de opostos, possuíam a mesma natureza: “[...]todos têm em comum o mesmo sonho: as cidades como estão não prestam mais” (Santos, 1986, p. 187). A problemática apresentada por Carlos Nelson reside na simplificação excessiva da complexa dinâmica urbana, cuja perspectiva desconsidera os múltiplos fatores históricos, sociais, culturais e econômicos que moldam as cidades. O fato de ambos os modelos terem sido aceitos e legitimados no campo das ideias e das práticas como linguagens que determinavam o que era e o que não era urbanismo, apresentava questões relacionadas à construção de uma autoridade epistêmica. A aceitação acrítica dos modelos poderia resultar na marginalização de perspectivas alternativas, bem como na resistência à incorporação de novos paradigmas que poderiam enriquecer o discurso arquitetônico.

A maioria dos pré-urbanistas, com exceção de Marx e Engels, percebia a cidade com um processo patológico (Choay, 1979, p. 5) e este sentimento plasmou-se sobre esses modelos urbanísticos de maneira que enunciavam, com certa autoridade, como deveriam ser os espaços. Neste interim, por sua não adaptabilidade às propostas pensadas por urbanistas, subentende-se que todos os outros espaços possíveis, geralmente criados pelas camadas mais empobrecidas da sociedade, seriam considerados divergentes ou marginais e que precisariam de uma solução: “Os pobres são separados da sociedade urbana e levados para áreas especiais onde poderão ser cuidados, observados e educados como os doentes no hospital, os alunos no internato, ou os soldados no quartel” (Santos, 1983b, p. 63).

Carlos Nelson, impulsionado por uma perspectiva antropológica, rejeitou o entendimento de espaços alternativos como meros problemas e distanciou-se do papel autoritário do urbanista que enxergava o “outro” apenas por sua carência. Questionou as categorias limitadoras da arquitetura e do urbanismo e recorreu a uma lente de análise que desafiava preconceitos arraigados na percepção e na valorização de diversas formas de habitar e vivenciar as cidades. Com isso, sugeriu outra abordagem possível para as questões urbanas. Segundo o autor, seria possível fazer algo realmente válido e transformador com as cidades como estão sendo, e não como deveriam ser:

Vestir cidades em camisas de força conceituais equivale a querer transformá-las em prisões panópticas [...] onde está tudo em seu lugar e há um lugar para cada coisa. É tentar impor uma correlação perfeita entre nomes, categorias sociais e localizações de modo a que se possa sempre perceber e corrigir com rapidez o que está deslocado. É também promover a castração do melhor aspecto do urbano: o seu lado criativo, inesperado, irreverente e poético, porque variável em seus significados. [...] (Santos, 1980c, p. 153-154)

A solução encontrada para os que atuam sobre as cidades não seria simples como um modelo, mas complexa o suficiente para propiciar espaços com maior participação popular e estimular o surgimento de novas formas de nomear o urbano e lhe dar significado, pois “o arquiteto tem na nossa sociedade o poder de nomear espaços e de dizer o que é e o que não é arquitetura” (Santos, 1980c, p. 155).

No artigo “*Contra apenas uma arquitetura ou O perigo de planejarmos uma sociedade democrática sob medida para nossas conveniências*”, escrito em 1980, Santos recorreu à uma experiência em sala de aula para elucidar seu ponto de vista revolucionário. Relata que os estudantes de sua turma na UFF, divididos em dois grupos, tinham a tarefa de visitar e levantar a planta de duas casas diferentes.

O primeiro grupo visitou um típico apartamento feito pela Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB), para onde havia sido transferida uma família de onze membros. Os moradores haviam derrubado as paredes internas e transformando o lugar em um espaço incompreensível. Havia falta de correspondência entre a casa e a realidade daquela família, pois diferentes pessoas e atividades se amontoavam e ninguém se entendia. O segundo grupo visitou um barraco na favela da Maré onde os espaços tinham várias funções: “no local de trabalho, o que poderia se chamar de cozinha e lavanderia talvez, se praticavam cultos religiosos”. (Santos, 1980c, p. 156). Mas apesar da dificuldade em dar nome aos espaços e da confusão aparente, os estudantes foram capazes de descrevê-los a partir das explicações dos moradores. Tudo adquirira sentido frente à história, às aspirações, aos hábitos, às expectativas e aos costumes daquela família.

A partir destes exemplos o arquiteto apercebeu-se da limitação do apartamento racionalista-progressista da COHAB-GB. A casa era o que havia sido idealizada para ser e, caso contrário, não seria nada, pois seu sistema não admitia mudanças. Enquanto isso, no barraco “havia ordens, sequências e arranjos espaciais que escapavam às suas formas para nomeá-los (e dominá-los...) e que, não obstante, eram

mais do que lógicos” (Santos, 1980c. p, 156).

Carlos Nelson concluiu que o trabalho de um arquiteto urbanista, para ser realmente democrático, deveria se afastar de modelos totalizantes que só serviam para a manutenção de uma condição de submissão e dependência. Caberia, então, entender e explicar que os espaços que os brasileiros são capazes de fabricar podem ser tão bons como quaisquer outros, pois dependeriam apenas da atribuição de significados e da manipulação de códigos de valores que os constituíssem.

5. Considerações finais

Ao longo de sua trajetória, Carlos Nelson optou por evitar uma abordagem superficial e consensual, escolhendo uma postura questionadora e focada na minuciosa investigação das complexas questões decorrentes da intersecção entre o discurso acadêmico e a realidade vivenciada pelos moradores de favelas e periferias distantes. Como arquiteto, experimentou insatisfação em relação ao seu domínio de atuação, percebendo que arquitetura e urbanismo não contribuíam de maneira eficaz para a construção de cidades verdadeiramente democráticas.

Seu envolvimento com as favelas proporcionou uma saída à abordagem excessivamente acadêmica e técnica, permitindo-lhe contornar sua insatisfação. Diante das inúmeras possibilidades derivadas do sucesso do plano de urbanização de Brás de Pina, o arquiteto optou por se tornar um pensador e pesquisador, buscando suporte em diversas disciplinas para promover uma crítica transformadora em sua área. Sua aspiração era adotar uma abordagem que não enxergasse o “outro” por meio de sua escassez, mas que contribuísse para uma sociedade solidária, diversificada, democrática e menos desigual.

A obra de Choay proporcionou a Carlos Nelson uma compreensão da produção urbana sob a perspectiva de um conhecimento predominante ou amplamente aceito no contexto brasileiro. No entanto, nem a ideologia progressista nem a culturalista conseguiram abarcar a complexidade dos elementos que compunham as cidades brasileiras. Se essas ideologias fossem aplicadas, as construções tidas como informais seriam reduzidas à sua perspectiva de escassez ou a uma teoria de marginalidade.

Uma contradição presente em sua trajetória é que, apesar de suas críticas ao sistema de poder científico, o arquiteto buscou se integrar aos círculos intelectuais e desafiá-los. Por isso empenhou-se em transformar a arquitetura de dentro para fora, apesar de suas limitações. Isso lança luz sobre seu último livro, que pode parecer desconcertante em muitos aspectos, especialmente devido à inclusão de cartas de tarô que iniciam cada capítulo. A presença desse desafiador elemento em um livro acadêmico de arquitetura e urbanismo sugere que, ao abolir uma hierarquia estrutural do conhecimento: (i) o tarô se tornaria um sistema válido tanto quanto o discurso científico e, mesmo que ambos tenham regras distintas, funcionariam em complementariedade; (ii) a abordagem por meio de uma ética da complexidade poderia revelar outros discursos de conexões, símbolos e regras que formam estruturas de significado coletivo, tanto no tarô quanto em qualquer outro sistema; (iii) adotar a lógica do tarô como um dos componentes do livro implicaria em questionar a visão estritamente racionalista e autoritária de mundo, postura que também se estenderia à concepção modernista de cidades. Isso abriria caminho para considerar uma cidade plural, democrática, poética e rica em significados.

Finalmente, apreende-se que o afastamento de Carlos Nelson com relação a Choay é também seu gradual afastamento do universo da indagação teórica para seguir na direção de um pensamento poético que operasse em um espaço mais fluido e simbólico. É por isso que seus últimos escritos, como “Se



todos trouxessem seu fogo”, de 1987, e “*Uma flor para a paixão*”, de 1988, evocam a imaginação e a criatividade, abrindo espaços para perspectivas não convencionais e questionando normas estabelecidas.

Referências

BLANK, Gilda. **Experiência de Urbanização em favela carioca**: Brás de Pina. Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades. Uma antologia. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo, Perspectiva, 1979. (Estudos; 67.).

_____. **L’Urbanisme**: utopies et réalités. Une anthologie. Paris: Seuil, 1965.

COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, 2017a.

_____. **Sementes Urbanas 2**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, 2017b.

_____. **Sementes Urbanas 3**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, 2017c.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

MACIEL, Tiago A. V. **Carlos Nelson Ferreira dos Santos**: a história de um arquiteto urbanista da primeira geração pós-Brasília. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

PEIXOTO, P. A. Por uma leitura situada de Urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia (1965), de Françoise Choay. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 23, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202117pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6458>. Acesso em: 3 ago. 2023.

PUGLIESI, Stella. **Urbanização de favelas**: de alternativa a política consolidada. 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

REZENDE, Vera; LEITÃO, Gerônimo. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, avaliação dos ideais modernistas após três décadas. *In: Anais do 5º Seminário Docomomo Brasil*. Universidade de São Carlos, São Carlos, 2003.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

_____. Brasília, o paradoxo das três vocações concentradas. *In: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). Sementes Urbanas 2*. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1980a] 2017. p. 325-333.

_____. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? *In: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). Sementes Urbanas 1*. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1980b] 2017. p.307-325.



_____. Contra apenas uma arquitetura ou O perigo de planejarmos uma sociedade democrática sob medida para nossas conveniências. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1980c] 2017. p.143-158.

_____. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

_____. Condomínios exclusivos. O que diria a respeito um arqueólogo? *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1981b] 2017, p. 200-219.

_____. Espaço e poder: contra as tendências mais fáceis. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1981c] 2017. p. 289-306.

_____. Para cada forma de dominação a utopia que merece. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1981d] 2017. p. 272-284.

_____. Como o pensamento produz espaços na periferia. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 2**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1982] 2017. p. 269-276.

_____. Habitação - o que é mesmo que pode fazer quem sabe? *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1983a] 2017. p. 49-71.

_____. O espaço na cabeça dos homens. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 2**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1983b] 2017. p. 53-67.

_____. **Formações metropolitanas no Brasil**: mecanismos estruturantes. 1984. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984a.

_____. Novos espaços, ou um poder que, com o tempo, ficou velho. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1984b] 2017. p. 72-88.

_____. Enredos e cidades: uma história antiga e uns ensinamentos recentes. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1986] 2017. p.182-190.

_____. Se todos trouxessem seu fogo. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 2**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1987] 2017. p. 334-337.

_____. **A cidade como um jogo de cartas**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1988a.

_____. Uma flor para a paixão. *In*: COSTA, Maria de Lourdes; SILVA, Maria Lais (org.). **Sementes Urbanas 2**. Niterói, RJ: UFF/PPGAU; Casa 8, [1988b] 2017. p. 346-349.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.



Tiago Andrade Vieira Maciel

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU UFF), direcionado à revisão crítica da ideologia modernista, com o objetivo de situar o debate arquitetônico e urbanístico da primeira metade do século XX em um contexto comparativo com as transformações urbanas na América Latina, particularmente nas cidades do Rio de Janeiro e Cidade do México. A atual pesquisa se fundamenta na análise das ideias e obras de Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Luis Lópezllera Méndez, com o propósito de identificar elementos-chave e contribuições relevantes para os diálogos contemporâneos em arquitetura e urbanismo. Mestre e bacharel em arquitetura e urbanismo pela mesma instituição, foi bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o mestrado, representante discente durante a pandemia de Covid-19 e integrante de comissões de trabalho formadas pelo colegiado do programa. Durante a graduação foi bolsista PIBIC CNPq/UFF nos projetos "Espaço público e corpo", sob a orientação da professora Valéria Salgueiro, e "Espaços residuais urbanos: possibilidades de intervenção do Poder Público local", sob a orientação do professor Sérgio Rodrigues Bahia. Tem se dedicado à pesquisa para entender as obras de arquitetos ainda pouco conhecidos e seus esforços em construir a democracia a partir do trabalho do arquiteto urbanista segundo uma lógica plural, não hierarquizada e complexa.

Editores responsáveis: Elane Ribeiro Peixoto, Priscilla Alves Peixoto, Ana Clara Gianecchini.

Como citar: MACIEL, T. A. V. O legado crítico de Françoise Choay na formação do pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. **Paranoá**, [S. l.], v. 16, n. 35, e47447. DOI 1679-09442023v16e47447. Disponível em: <https://doi.org/10.18830/1679-09442023v16e47447>.